



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS, INTERESSES E ESTRATÉGIAS RECENTES DOS ATORES E
DAS INSTITUIÇÕES DO SETOR VITIVINÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Roger Vitor Chiapetta (UNESP - Rio Claro) - rogerchiapetta@hotmail.com
Geógrafo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro.

Elson Luciano Silva Pires (UNESP - Rio Claro) - elsonlsp@rc.unesp.br
Economista, Professor Doutor do Departamento de Geociências e Exatas da UNESP de Rio Claro.

1. Globalização e Territorialização

A globalização constitui uma fase da evolução do sistema capitalista, que suplantou o imperialismo e certamente será suplantada por outra fase, ainda neste século XXI. Como destaca Manuel Correa de Andradeⁱ, o processo de globalização vem provocando a formação de uma regionalização geopolítica que se processa tanto em escala mundial, pela criação de blocos de países nos vários continentes, quanto em escala nacional. No caso do Brasil, é mantida a regionalização em grandes regiões naturais (que data de 1945), subdivididas em mesorregiões e estas em microrregiões, além de outras regionalizações estaduais. A globalização ao mesmo tempo em que tenta unificar o espaço geográfico, estimula novas diferenciações, dando origem a novas formas de regionalizações e de transformações no meio geográfico.

Reconhecendo-se que as regiões se transformam, vêm sendo feitas, a cada dez anos, reformulações das mesmas, coexistindo uma regionalização em escala nacional, ao lado de regionalizações em escala estadual. Pernambuco, por exemplo, está hoje dividido em 12 regiões de desenvolvimento, estabelecidas em função da ação política do governo estadual. A regionalização do território brasileiro vem sofrendo vários impactos, como o da expansão do povoamento, o da criação de novas unidades político-administrativas e a do relacionamento com o MERCOSUL e com os países vizinhos [...] para não mencionarmos outras possíveis redivisões de novos estados e territórios, em futuro próximo [...] (ANDRADE, M.C. 2001 p.6-7).

De acordo com os autores Benko, G; Pecquer, B. (2001 p.36) estamos diante de um processo de regionalização por meio da constituição de vastas zonas de livre comércio, ou de “triadisação”, que significa a organização da economia mundial em torno de três grandes pólos de desenvolvimento maiores: a América do Norte, a União Européia e o Japão, que constituiriam a tríade. Por outro lado, com o agravamento dos déficits públicos, sobretudo no período de 1970 a 1980, os Estados nacionais optaram por uma regionalização da gestão dos bens coletivos locais, tais como as infra-estruturas de transportes, a educação, políticas de desenvolvimento, entre outros. Desse modo, a densidade entre os atores locais como as empresas, as diversas municipalidades, as universidades, os centros de pesquisa, os sindicatos e outros, tem um papel crucial na competitividade de certas atividades e serviços. (BENKO, G.; PECQUER, B. 2001).

Neste contexto de reestruturação do sistema produtivo e abertura progressiva das economias nacionais e a descentralização dos Estados, observa-se uma possibilidade de diversificação das políticas econômicas, sociais e culturais. Uma sinergia entre as instituições locais possibilitou a diferenciação de alguns territórios com capacidade de criação ou ainda de articulação de ativos e recursos territoriais específicosⁱⁱ,

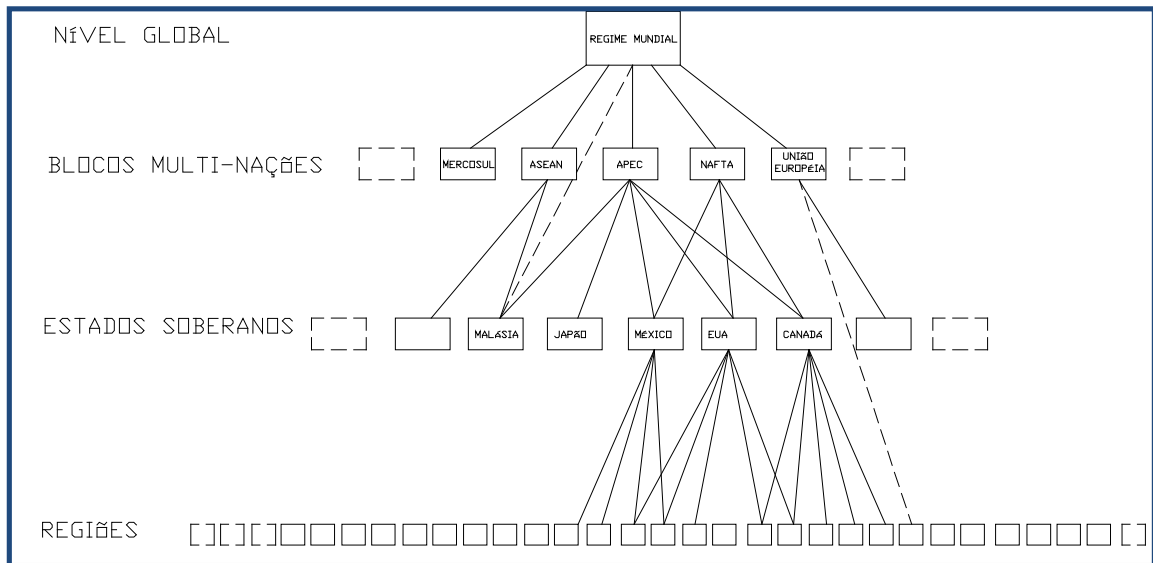
Nosso mundo global é assim um mosaico composto de uma miríade de regiões, de localidades, de países, que não são, necessariamente, equivalentes. A “*glocalização*”, neologismo forjado para designar a articulação expandida dos territórios locais em relação à economia mundial, sublinha a persistência de uma inscrição espacial dos fenômenos econômicos, sociais e culturais. Contrariamente aos mais sombrios prognósticos, os territórios – com suas especificidades – não foram apagados sob os fluxos econômicos da mundialização. (BENKO, 2001 p.9)

Diniz Filho, L. L. (2004 p.2), destaca a importância fundamental das escalas geográficas de análise, num contexto de globalização, para “[...] *compreender de que maneira os processos em curso afetam a autonomia e soberania dos Estados Nacionais, bem como os desafios que se colocam para as políticas públicas frente a tais processos.*” O autor destaca que a convergência desses processos traz novos desafios para os pesquisadores e formuladores de políticas, obrigando-os a incorporarem novas categorias de análise e novos instrumentos de intervenção econômica, “*freqüentemente focalizados em espaços de âmbito supranacional, regional ou local, ou ainda em redes que conectam espaços em escala mundial.*”

Alguns autores consideram esse processo uma recomposição territorial, ou uma nova reestruturação das escalas espaciais no planeta. O resultado de uma reorganização política do mundo, em termos de uma quádrupla hierarquia de relações de governançaⁱⁱⁱ.

Conforme pode ser observado na figura 1, o topo desta hierarquia consiste em um regime global feito de organizações supranacionais, de acordos internacionais, de convenções diplomáticas e outras. Abaixo desse, está o segundo estágio composto pelos blocos multi-nações como a União Européia, Nafta, Apec, MERCOSUL, Asean e outros. O terceiro nível dessa hierarquia constitui-se pelos Estados soberanos. Por fim, o quarto e último nível da hierarquia é formado por um extenso grupo de regiões que formam um mosaico global complexo.

Figura 1 – Fragmentos de uma hierarquia global emergente das relações econômicas e políticas



Extraído de Scott, A. J. (1994, p.138)

O novo mapa da economia mundial foi desenhado, onde se processa uma recomposição dos espaços ou "deslizamento da escala".^{iv} Na escala superior observa-se a criação ou o reforço dos blocos econômicos (mercados comuns evoluindo para espaços político e economicamente unidos), na escala mais baixa, com a descentralização dos Estados nacionais, nota-se a busca por um reforço das unidades territoriais no nível regional e local.

Nesse contexto, é que os espaços locais (territórios) e os espaços urbanos, tendem a se constituir, cada vez mais, em novos pólos de articulação de interesses e a abrigar novos atores da regulação econômica e da promoção do desenvolvimento econômico.^v

[...] o fenômeno da globalização faz emergir o local e o valoriza, pois é na escala local que as formas de organização produtiva ancoradas no território e inseridas na escala global são colocadas no lugar. Nessa perspectiva, o local subentende o global através de um processo de territorialização. (MAILLAT, D., 2002 p.9)

A base da hierarquia, o local ou a região constituem uma configuração espacial descentralizada da territorialidade global, que integra instâncias simultâneas de controle, de poder e de estratégias.

O modelo do mosaico de sistemas territoriais de produção está associado ao desenvolvimento do pós-fordismo e aquele das tecnologias de informação, que engendram uma organização produtiva mais flexível [...] Neste modelo, a localização das atividades não é mais fundada sobre a simples utilização de recursos locais pré-existentes, mas sobre a inserção

do estabelecimento no seu ambiente de instalação, para aí estabelecer relações de colaboração e contribuir assim para o seu enriquecimento em recursos específicos. (MAILLAT, D., 2002 p.10)

Buscando compreender os mecanismos da territorialização numa economia global, o autor Storper, M. (1993, p.13), destaca que só é possível compreender a globalização pela cuidadosa documentação dos casos em que ocorre a desterritorialização e daqueles em que a territorialização continua a exercer um forte papel. No primeiro caso, as atividades se tornam menos dependentes de recursos, práticas e interdependências específicas de um local. No segundo, continuam fortemente enraizadas em aspectos específicos locais. Ao analisar os mutáveis e complexos padrões de territorialização e desterritorialização de atividades pode-se esboçar um quadro mais preciso da natureza da globalização.

Nessa perspectiva, os processos de territorialização e de desterritorialização originam os sistemas de produção de localização globalizada. As forças-chave e propulsoras na economia global são, assim, as partes dos sistemas de produção territorializadas. (STORPER, 1993 p.16).

De acordo com este autor, qualquer investigação sobre a territorialização tem de estar centrada em três forças causais possíveis ou dimensões. Uma é a idéia tradicional de economias locais “externas” ou de “aglomeração”. Essa sistemática, baseada na teoria de espaço econômico, que foi elaborada por François Perroux influenciou os modelos de desenvolvimento adotados em vários países industrializados no período após a segunda guerra mundial, inclusive no Brasil^{vi}.

A segunda, parte do pressuposto de que o conhecimento especializado, alcançado por meio do aprendizado tecnológico por organizações e agentes sociais, comumente é desenvolvido em contextos locais específicos, “[...] devido a excedentes e interdependências interorganizacionais e a esquemas de ação partilhados [...]”. (STORPER, M. 1993 p.16). Como as cadeias produtivas, e a vitivinícola é uma delas. A terceira muito atrelada a anterior corresponde às estruturas institucionais e ações, que constituem a base de formas de coordenação específicas de um lugar. Portanto, buscou-se compreender a territorialização da cadeia vitivinícola a partir da definição desse autor,

Uma atividade pode ser definida como territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar) e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm. (STORPER, M., 1993, P. 15).

De acordo com as três dimensões presentes nos sistemas de produção territorializados, uma delas particularmente é de fácil observação na vitivinicultura de São

Paulo, vinculada as raízes históricas e culturais da territorialização. A produção vitivinícola deriva de elementos intangíveis construídos no tempo, como as habilidades tácitas dos produtores decorrentes da cultura dos imigrantes, sobretudo italianos, que permitiram uma especialização produtiva presente em alguns municípios do estado. Deram origem a um tipo de vinho específico produzido com uma variedade de uvas americanas, chamado de vinho de mesa ou suave, que difere dos vinhos finos, que são elaborados com uvas européias.

2. Desenvolvimento Territorial e Arranjos Produtivos Locais

O desenvolvimento econômico ocorrido, a partir da década de 1970, em regiões do centro e nordeste da Itália, que ficou conhecida como “Terceira Itália” despertou o interesse de inúmeros pesquisadores a respeito do debate sobre o papel das Micro, Pequenas e Médias empresas para o desenvolvimento socioeconômico.

Um grande número de estudos empíricos contribuiu para demonstrar que alguns territórios do mundo apresentaram um desenvolvimento diferenciado e característico, centrado não apenas no reforço das vocações econômicas e sim nos recursos específicos presentes nos territórios locais. O pressuposto básico dessa organização produtiva baseia-se em dois elementos fundamentais, na cooperação e na solidariedade entre os atores de aglomerações setoriais de empresas permitindo o desenvolvimento de ações territorializadas que geram recursos específicos e diferenciais competitivos nos territórios.

Dessa dinâmica mundial derivam processos e estruturas territoriais, que caracterizam a constituição de novos modos de relações entre os atores e agentes territoriais. Chamado por Benko e Lipietz (1994) de Novo Debate Regional, este processo foi responsável por grande elaboração teórica a respeito destes modos característicos de desenvolvimento (territorial) em vários países.

Os precursores foram os Distritos Industriais Marshalianos (BECATTINI, 1994) e os Sistemas de Pequenas Empresas (GAROFOLI, 1994) na Itália. Já os Sistemas Industriais Locais (COULET e PECQUER, 1994) são identificados na França, os Clusters (PORTER, M. E., 1999) são identificados nos Estados Unidos e mais recentemente no Brasil os Arranjos Produtivos Locais (LASTRES; CASSIOLATO, 2003; REDESIST, 2003).

Conforme a tendência mundial, um termo foi difundido no Brasil referente a este processo de aglomeração produtiva. Os APLs são geralmente considerados como instrumentos potenciais de ação, capazes de promover um novo ciclo de desenvolvimento descentralizado com enraizamento territorial local e regional. As definições são várias, mas há muitas convergências entre os agentes envolvidos. A difusão do termo no Brasil foi feita

pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) que define APLs de maneira rigorosa:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento^{vii} (CASSIOLATO; LASTRES, 2003; REDESIST, 2003).

O Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Micro Empresa, (SEBRAE) por sua vez, define os Arranjos Produtivos Locais como *“Aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”*^{viii}. Essa definição, apesar do caráter geral que possui, destaca termos-chave para a territorialização de um APL, como articulação, interação, cooperação e aprendizagem dos agentes.

Com isso pode se afirmar que os APLs são considerados como uma importante estratégia de desenvolvimento local, além do fato de que a aplicação do termo tem sido objeto de política pública do Governo Federal e de vários Governos Estaduais^{ix} e Municipais no Brasil, preocupados com a questão do desenvolvimento territorial local e regional.

Numa visão geral dos estudos de caso de APLs no Brasil apresentam a existência de instituições que constituem micro e pequenos empresários, governos, entidades internacionais, sindicatos (patronais e de trabalhadores), consumidores, entidades não-governamentais etc. No estado de São Paulo, recentemente através de um decreto lei (nº 54.654, de 7 de agosto de 2009)^x que institui o Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, o termo APL é caracterizado *“[...] pela concentração geográfica de micro, pequenas e médias empresas de um mesmo setor ou mesma cadeia produtiva, as quais, sob uma estrutura de governança comum, cooperam entre si e com entidades públicas e privadas.”*

O objetivo fundamental desse decreto é estimular e apoiar a descentralização do desenvolvimento produtivo, das cadeias produtivas paulistas, o aumento da competitividade das micro, pequenas e médias empresas, estimular o empreendedorismo, (por meio da interação e cooperação), a cooperação entre o setor produtivo, entidades de classe e de apoio empresarial, órgãos da administração pública, além de universidades, institutos de

pesquisa, de desenvolvimento e inovação, centros de educação tecnológica. Em suma, estabelecer estratégias e investimentos conjuntos, que visem ao compartilhamento de infra-estruturas, à qualificação da mão-de-obra e outras medidas que levem à melhoria da qualidade dos produtos e processos produtivos, à redução dos custos e à geração de economia de escala.

Desse modo, as análises econômicas e geográficas voltadas à questão do desenvolvimento territorial, nesse contexto marcado pela emergência da globalização, valorizam os “fatores locais”, a coordenação e a cooperação, presentes no território, essenciais para a realização deste processo de desenvolvimento. O desenvolvimento territorial procura incluir a sociedade civil no processo, considerando as relações não-mercantis, já mencionadas.

[...] Em primeira análise, poderíamos definir o desenvolvimento territorial da seguinte forma: o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território. (PECQUER, B. 2005 p.12).

O desenvolvimento territorial passa a ser discutido num contexto de descentralização do estado e da produção com a valorização dos “fatores locais”, pela via da coordenação e da cooperação. A descentralização dos Estados nacionais iniciada em países da Europa no início da década de 1980, ocorre no início da década de 1990 na América Latina. No Brasil com o advento do processo de abertura comercial, de descentralização do desenvolvimento e a elaboração da Constituição Federal de 1988 no Brasil delegou algumas responsabilidades e concedeu maior autonomia aos Estados da Federação e municípios,

[...] até as últimas décadas do século XX, a instância nacional ser a referência para a análise, por causa da centralização do poder ocorrida principalmente no período autoritário (1964-85). Daí a importância de resgatar o significado do papel do município no Brasil como agente do desenvolvimento econômico, apontando quais os seus desafios recentes em face às transformações ocorridas na economia capitalista e do papel desempenhado pelos Estados nacionais, dentre as quais a descentralização do poder coloca-se como uma característica fundamental (VITTE, 2006 p. 78)

A descentralização teve o objetivo principal de dotar de maior poder administrativo e financeiro os municípios e estados na gestão dos serviços públicos essenciais, como educação, saúde, transporte, planejamento urbano, etc.

A descentralização, que genericamente significa a institucionalização no plano local de condições técnicas para tarefas de gestão das políticas de governo nesta escala federativa, tem fortalecido, mesmo se de forma

bastante diferenciada e no geral ainda precária, a pluralidade dos atores sociais que participam da cena pública. Este processo vem propiciando o surgimento e o fortalecimento de instituições de participação da sociedade civil local e de cooperação interinstitucional, conferindo maior visibilidade aos marcos territoriais da participação e da cooperação. (CASTRO, I. 2004 sem página)

O autor Saquet, M. A. (2006), identifica o processo de renovação ocorrido nos anos de 1950 a 1970 no pensamento geográfico, onde o conceito de território é retomado em vários estudos da geografia como também em outras ciências. O autor faz uma proposta para estudos territoriais com uma definição ampla e rigorosa, toma como ponto de partida o entendimento do território e os processos da territorialização enquanto resultado e condição de um processo histórico, “[...] em que há relações socioespaciais em diferentes níveis escalares (trans-escalaridade)”

Espaço, tempo e território são conceitos e processos do real intimamente articulados. Não são separados, mas diferentes. O homem, em sociedades distintas está (no), produz (o) é (o) e percebe o território, arranjando-se em tramas e relações sociais, que são (i) materiais, ou seja, econômicas, políticas, culturais e naturais ao mesmo tempo. No homem reside a síntese da objetividade e da subjetividade, do (i) material. (SAQUET, M. A. 2006 p.82)

Nesse contexto, as políticas, as organizações, as instituições e a governança constituem recursos específicos disponíveis ou não. No primeiro caso, deve ser disseminado pelo território, no segundo deve ser criado, através de mecanismos de invenção e da inovação social/econômica. Desse modo o desenvolvimento territorial compreende

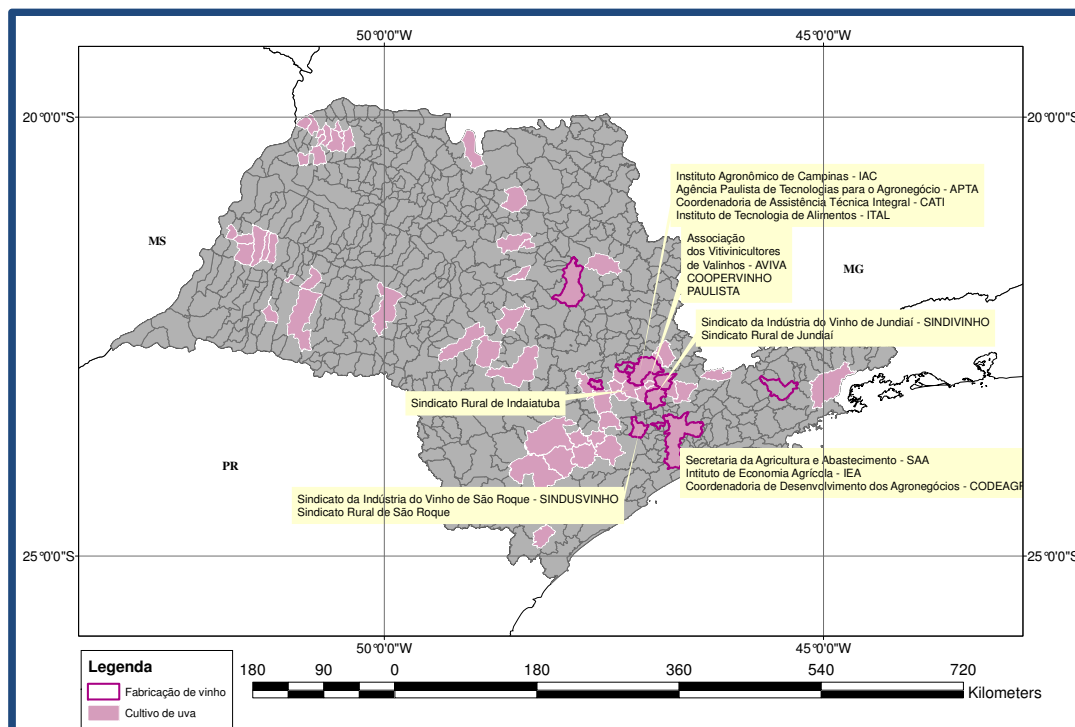
[...] um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. Assim sendo, as regiões, ou ainda melhor, os territórios, tornaram-se cada vez mais as fontes específicas de ativos, recursos e vantagens competitivas, mas também de solidariedade no desenvolvimento nacional e internacional. A pressão territorial das regiões provém de aglomeração geográfica de pessoas e atividades econômicas, e se exprime nos aumentos diferenciados da produtividade no território nacional. (PIRES, E. L. S., MULLER, G. VERDI, A. R., 2006, p.448).

3. A cadeia vitivinícola paulista

O estado de São Paulo é considerado por vários autores como “pólo irradiador” da viticultura brasileira. De acordo com Inglês de Souza, J., S. (1996) o primeiro surto viticultor do estado foi iniciado na então capitania de São Vicente. Devido principalmente a questões climáticas a atividade dirigiu-se para as adjacências do município de São Paulo. Este deslocamento vincula-se ao desenvolvimento da agricultura paulista, em período anterior ao ciclo da mineração. Esse mesmo autor aponta que a sucessão e o predomínio da lavoura canaveira, do algodão e do café enquanto principais culturas da população bandeirante fizeram a viticultura praticamente desaparecer nesse período (século XVIII e parte do século XIX)^{xi}. O ressurgimento da Viticultura está ligado dois fatores principais, a decadência do cultivo de café na região de São Paulo e a difusão de uma variedade de uva americana (Isabel) em meados do século XIX. Desse modo, nas adjacências da capital paulista, (Mogi das Cruzes, São Roque e Jundiaí, principalmente), o colono italiano passou da condição de cafeicultor para a de viticultor, fundando a viticultura moderna do estado de São Paulo.

Os elos básicos da cadeia produtiva são o cultivo de uva e a fabricação de vinho, que juntamente com as principais organizações e os órgãos do governo estadual que participam do processo de revitalização da cadeia produtiva, estão distribuídos no mapa 1.

Mapa 01 - Mapeamento dos elos básicos da Cadeia Produtiva Vitivinícola de São Paulo (2008)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O mapa destaca os municípios que possuem estabelecimentos referentes aos elos básicos da cadeia produtiva do estado de São Paulo e as principais organizações do governo estadual e associativas, além das prefeituras dos municípios que fazem parte do projeto de revitalização. O processo de revitalização da cadeia vitivinícola paulista tem uma conotação técnica e tecnológica, através de medidas que viabilizem a manutenção do setor no estado de São Paulo. O principal argumento apontado pelos envolvidos é o declínio da produção de uva e vinho em municípios historicamente produtores. Em linhas gerais, através do desenvolvimento de técnicas agrônômicas, buscam o desenvolvimento de novas variedades de uvas que dêem uma identidade ao vinho paulista e que permita a retomada da produção tradicional.

A tabela abaixo permite observar que o peso relativo das duas atividades tanto para os estabelecimentos quanto empregos dentro da agricultura e da indústria de transformação, nos quatro municípios estudados é pouco expressivo, não chega a 1%, sendo observado apenas na escala municipal.

Tabela 01 - Peso relativo das atividades de cultivo de uva dentro da estrutura produtiva da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; e da fabricação de vinho dentro indústria de transformação

Uva emprego 2008			
	País	Estado	Município
JARINU	0,001	0,003	3,960
JUNDIAÍ	0,006	0,022	15,129
SÃO MIGUEL	0,023	0,088	18,436
ARCANJO			
SÃO ROQUE	0,001	0,002	1,135
Uva estabelecimentos 2008			
	País	Estado	Município
JARINU	0,002	0,011	10,294
JUNDIAÍ	0,013	0,065	23,164
SÃO MIGUEL	0,028	0,142	28,990
ARCANJO			
SÃO ROQUE	0,002	0,010	5,085
Vinho emprego 2008			
	País	Estado	Município
JARINU	0,000	0,000	0,000
JUNDIAÍ	0,008	0,022	1,345
SÃO MIGUEL	0,000	0,000	0,000
ARCANJO			
SÃO ROQUE	0,002	0,005	3,224
Vinho estabelecimentos 2008			
	País	Estado	Município
JARINU	0,000	0,000	0,000
JUNDIAÍ	0,002	0,006	0,619
SÃO MIGUEL	0,000	0,000	0,000
ARCANJO			
SÃO ROQUE	0,003	0,010	5,960

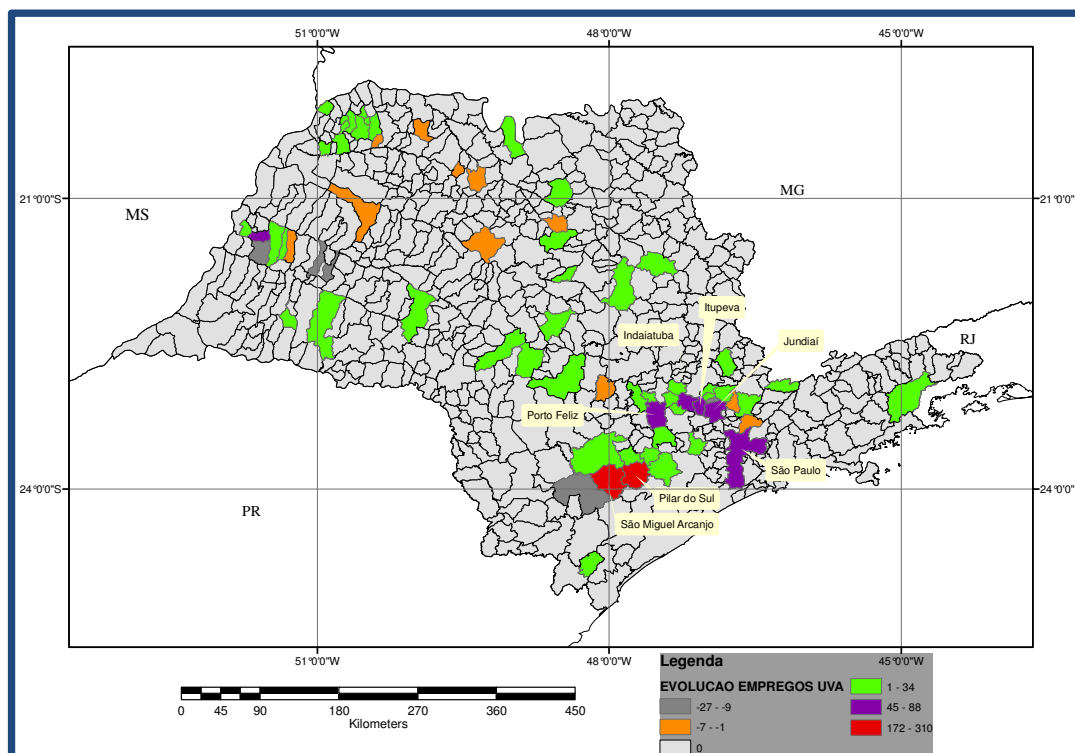
Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS

Nos dois tópicos seguintes, serão apresentados, de maneira sucinta, alguns mapas^{xii} e dados referentes aos empregos e as qualificações destes para as atividades correspondentes aos elos básicos da cadeia produtiva, ou seja, cultivo de uva e fabricação de vinho^{xiii}.

3.1 Cultivo de uva

Como pode ser observado no mapa 02, o maior crescimento deu-se no município de São Miguel Arcanjo, e Pilar do Sul. A maior queda apontada é no município de Capão Bonito. Jundiaí, Itupeva, Porto Feliz e São Paulo são exemplos de municípios que apresentaram crescimento de até 88 empregos no período. O município de São Roque teve um crescimento reduzido na atividade e o município de Jarinu apresentou uma leve queda.

Mapa 02 - Evolução dos **empregos** voltados ao **cultivo de uva** no estado de São Paulo no período **1994 – 2008** (valores absolutos)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

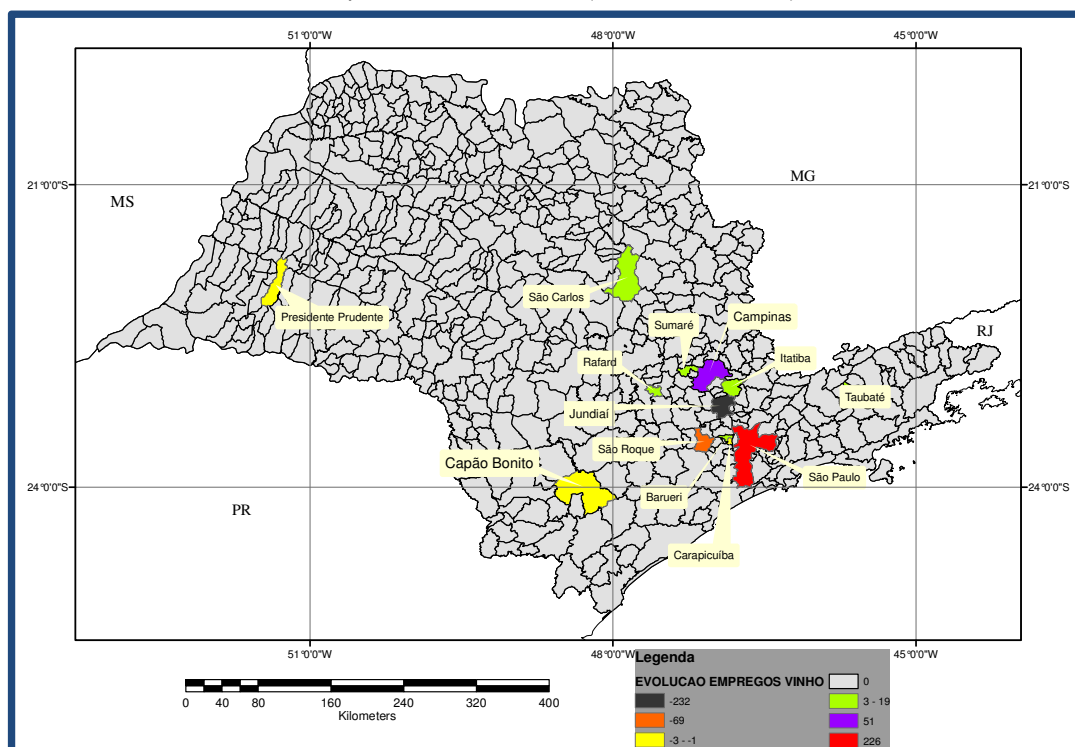
Os indicadores levantados no período 1994-2008, referentes aos empregos demonstram que a atividade vitícola emprega pouca gente, sendo aproximadamente apenas 2% dos empregos da agricultura. Os aspectos pessoais dos trabalhadores são insatisfatórios, sendo a maior parcela de empregos com baixa remuneração, (até 3 salários

mínimos), apresentando aumento de 261,92% na média estadual nesse período. Mais de 65% dos trabalhadores estão distribuídos no estado na faixa etária entre 30 e 64 anos. Cerca de 60% dos trabalhadores da atividade vitícola possuíam apenas o ensino fundamental incompleto.

3.2 Fabricação de vinho

O mapa 03 difere nitidamente do anterior, destaca a concentração da atividade vinícola em apenas alguns municípios. O maior crescimento dos empregos deu-se em São Paulo e a maior queda no município de São Roque (este que concentra 45% dos empregos do estado).

Mapa 03 - Evolução dos **empregos** voltados a **fabricação de vinho** no estado de São Paulo no período **1994 – 2008** (valores absolutos)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Bem como na atividade do cultivo de uva, a remuneração mentem-se na menor faixa salarial, (até 3 salários mínimos), concentrando a maioria da mão-de-obra da atividade no estado (superior a 60%). Uma diferença marcante é que a maior parcela da mão-de-obra tinha ensino superior completo (aproximadamente 30%) e ensino fundamental incompleto

(20%) no período 1994-2008. A faixa etária predominante é de 25 a 49 anos (45,98%) dessa atividade.

4. A câmara setorial da uva e do vinho paulista e o papel das políticas públicas

A concepção de Câmaras Setoriais no Brasil surge no final da década de 1980 no setor automobilístico. Uma nova dinâmica de relacionamento entre o Estado, sindicato de trabalhadores e entidades da indústria automobilística brasileira obteve sucesso a partir da constituição consensual de um espaço de negociação tripartite, denominado câmara do setor automotivo. Que culminou no fechamento, em 1992 e 1993 de acordos, que ficaram conhecidos como o “Acordo das montadoras”. As negociações avançaram no sentido de enfrentar de forma negociada os efeitos da globalização econômica, a abertura comercial e da modernização produtiva.

A câmara constitui um espaço de convergência para as discussões referentes às principais demandas do setor, que se supõe ter um caráter tripartite (com a participação de representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores), devido à origem desse tipo de dispositivo institucional, considerado uma inovação nas relações capital/trabalho no Brasil^{xiv}. Esta forma de organização pode se concretizar em um ambiente favorável ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, devido ao forte respaldo institucional.

No dia 22 de outubro de 2008 ocorreu a instalação da Câmara Setorial Especial de Uva e Vinho do estado de São Paulo, que é 28ª Câmara Setorial em funcionamento no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo (SAA/SP). Até a data de 28/07/2010 o grupo havia se reunido seis vezes. A partir da tabela 02 observa-se que a maior parte dos presentes faz parte do setor público, sempre superior a 40% dos presentes, atingindo na 3ª reunião 67%.

Tabela 02 – Distribuição da representação dos atores da cadeia vitivinícola, em reuniões da Câmara Setorial

Composição dos presentes	1ª reunião	2ª reunião	3ª reunião	1ª reunião extraordinária	4ª reunião	5ª reunião
Setor público	18	22	19	35	20	16
Sindicatos/federações patronais	6	4	1	8	10	9
Sindicatos de trabalhadores
Associações/Cooperativas	3	7	4	3	4	2
Empresas/produtores	6	3	1	6	4	4
Consultorias	2	1	1	1	1	3
Universidades/faculdades/institutos federais	3	3	2	6	2	2
Outros (membros não classificados e não identificados)	...	1	...	5
Presentes	38	41	28	64	41	36

Fonte: atas das reuniões, disponível em <http://www.codeagro.sp.gov.br/>

O segundo grupo predominante são os sindicatos patronais, seguidos pelos representantes das cooperativas. Outro aspecto fundamental é a inexistência de sindicatos de trabalhadores nas discussões do setor.

No setor agropecuário, as câmaras podem ser caracterizadas fundamentalmente como unidirecionais (do setor privado para o público) A presença marcante de membros que fazem parte do setor público foi visível na câmara estudada, constitui um canal de pressão dos empresários da uva e do vinho em direção ao Estado.

5. Considerações finais

O presente artigo teve o objetivo de apresentar de maneira resumida alguns resultados de uma pesquisa que buscou avaliar a territorialização do processo de Revitalização da Cadeia Vitivinícola do estado de São Paulo, que acompanhou as atividades da recém criada câmara setorial da uva e do vinho paulista.

A criação da câmara deu-se por pressão da indústria do vinho são-roquense (SINDUSVINHO) em parceria com o poder público municipal para reverter o quadro de escassez da uva destinada ao processamento.

A revitalização tem o objetivo central de desenvolver o segmento de uvas para processamento com o intuito de “liberar” os empresários da dependência do Rio Grande do Sul, de onde importam matéria-prima. Desse modo, buscam legitimar o desenvolvimento de um tipo de uva paulista mais competitiva e aumentar a renda dos produtores, de modo que não abandonem a produção, através de estratégias como o enoturismo.

Apesar do fato de o setor vinícola ter um peso muito baixo no estado, os empresários do vinho paulista têm pressionado o poder público para a viabilização da parte técnica, vinculada a pesquisa e tributária.

A principal demanda da indústria é referente a tributação, com discussões excessivas sobre a necessidade da redução tributária. O argumento pauta-se em precedentes existentes em outros estados como o Paraná e Rio Grande do Sul, sem uma discussão aprofundada sobre as contrapartidas para a redução do ICMS, previstas normalmente em negociações desse tipo. A redução tributária é posta como um fim em si mesmo, que traria a “reboque” o desenvolvimento do setor, aumentando emprego, gerando renda, melhoria dos produtos, etc

O tipo de governança territorial presente na câmara setorial da uva e do vinho paulista pode ser classificado como pública devido ao predomínio numérico de representantes do setor público, no entanto, a territorialização das ações tem o objetivo de fornecer elementos para viabilizar a atividade econômica do vinho industrial, além de ser um tanto “obscura” a negociação a respeito da redução tributária que não é trazida para discussão na câmara.

Enfim, a câmara setorial da uva e do vinho do estado de São Paulo vem sendo conduzida pelo grupo mais organizado, utilizada para legitimar uma demanda específica da indústria vinícola, por isso questões relevantes para o setor como a legitimação dos produtores e desenvolvimento das uvas para mesa enquanto especificidade paulista é colocada de forma superficial. O que se observa é a primazia do setor de vinhos industriais no projeto de revitalização, conduzindo as discussões para a sua demanda central que é a diminuição do imposto (ICMS) sem levar em conta as contrapartidas necessárias.

Referencias bibliográficas

ANDRADE M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento. Uma introdução a economia regional.** 5 edição. São Paulo. atlas 120p.1987

ANDRADE, M. C. **Brasil, globalização e regionalização.** Artigo apresentado na sessão de abertura Curso de Mestrado em Geografia. UFF, Rio de Janeiro, março 2001.

ARAÚJO, T. B. De. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro. Heranças e urgências.** Rio de Janeiro. Revan: Fase, 2000.

BECATTINI, G. “O Distrito Marshalliano: Uma noção sócio-econômica”. In BENKO, G.; LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica.** Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, p. 45-58.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 1, n. 2, p. 7-12, março de 2001.

BENKO, G. & PECQUEUR, B. “Os recursos de territórios e os territórios de recursos”. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul. /dez, 2001.

BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Área de Planejamento e Departamento de Produtos – DEPRO. Rio de Janeiro. 2004.

BRASIL - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, ano base 1994. Disponível em:< <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>>

BRASIL - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, ano base 2008. Disponível em:< <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>>

CASTRO, I. E. **Instituições e território no Brasil. Algumas possíveis razões das diferenças**. In: I Seminário Internacional: O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas, 2004, Rio Claro. Anais do I Seminário Internacional O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas. CD ROOM, Rio Claro: UNESP, 2004.

COURLET, C; PECQUER, B. “Os sistemas industriais locais na França”. In: BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996 p. 49-62.

DALL'ACQUA, C. T. B. **Competitividade e Participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local**. Ed. Annablume, São Paulo, 2003.

DINIZ FILHO, L. L. **O contexto da globalização e seus efeitos (reais e imaginários) sobre a dinâmica regional recente no Brasil**. In: I Seminário Internacional: O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas, 2004, Rio Claro. Anais do I Seminário Internacional O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas. Rio Claro: CD ROOM, UNESP, 2004.

GAROFOLI, G. **Os sistemas de pequenas empresas**. In: BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996 p. 33-48.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2ª. edição. SP: Anna Blume, 2005.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 3ª. edição. SP: Edições Loyola, 2009.

INGLEZ DE SOUSA, J. S. **Uvas para o Brasil**. (coord.), Piracicaba: Fealq, 1996.

LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E. “Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais”. In **Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2004. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em agosto de 2005.

MAILLAT, D. **Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção**. Revista internacional de desenvolvimento local. Vol.3, nº4, p. 9-16, março 2002.

OLIVEIRA, F. de; Faria, V.; Giannotti, J. A. (coord.) Os cavaleiros do antiapocalipse: o acordo das montadoras. **Projeto de Pesquisa**, CEBRAP, São Paulo, 1992, 29p.

PECQUER, B. "O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, n. 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf

PIRES, E. L. S. "Crise econômica, reestruturação produtiva e emprego: transformações nas montadoras da indústria automobilística no Brasil". In CARLEIAL, L.; VALLE R. (org.). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. Hucitec – Abet, São Paulo, 1997.

PIRES, E. L. S. "Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: Delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos." In SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.), **Cidades Médias: Produção do Espaço Urbano e Regional**. SP: Expressão Popular, 2006.

PORTER, M. E. **Competição; estratégias competitivas essenciais**. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro; 8ª edição. Campus.

SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. **Revista Geografia**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná Francisco Beltrão. AnoVIII -N. 15 -2006 p. 71-85

SEBRAE. **Mobilização dos Territórios para o Desenvolvimento**. Texto Interno para Discussão. Brasília, 2003.

SCOTT, A. J. "A Economia Metropolitana". In: BENKO, G; LIPIETZ, A. **As Regiões Ganhadoras - Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Económica**. Oeiras: Celta Editora, 1994

STORPER, M. "Territorialização numa Economia Global: potencialidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas". In LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (org.). **Integração, Região e Regionalismo**. São Paulo, Bertrand Brasil, 1993.

VITTE, C. de C. S. Crise do Modelo de desenvolvimento, descentralização do poder e os novos desafios para os municípios do Brasil. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba-PR, v. 33, n. 4, 1999, p. 33-42.

Notas

ⁱ Andrade, M.C. (2001).

ⁱⁱ Sobre a tipologia de recursos territoriais ver (BENKO & PECQUER, 2001)

ⁱⁱⁱ (BENKO, 1996; SCOTT, 1998; STORPER, 1997).

^{iv} Benko G. (2001)

^v Araújo, T. B. de (2000).

^{vi} De acordo com Andrade, M. C. (1987, p.101-102), a teoria teve grande aceitação no Brasil. A partir de 1955 e após 1960 foram feitas as pioneiras tentativas de aplicação da teoria de pólos de desenvolvimento no espaço brasileiro. Vários estudos foram realizados pelo país, iniciados pelos seus discípulos, Jacques R. Boudeville e Michel Rochefort. "A partir desses estudos, estava vitoriosa a teoria dos pólos de desenvolvimento entre os estudiosos de ciências sociais brasileiros e passou a mesma a ser utilizada nos trabalhos de planificação, quer realizados por empresas privadas, como a SAGMACS – Economia e Humanismo – e o Escritório de Pesquisas Econômicas Aplicadas (EPEA),

quer realizados por agências de desenvolvimento estatais como a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Paraguai (CIBPU), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Centro Regional de Administração Municipal (CRAM), o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o próprio Ministério do Planejamento”. (ANDRADE, M. 1987 p.102).

^{vii} Definição de Arranjos Produtivos Locais dada pela Redesist encontra-se disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/nt_count.php?projeto=md11&cod=15>

^{viii} Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/empresas_rede/acao_territorial/apl>

^{ix} A secretaria de desenvolvimento do estado de São Paulo acaba de lançar o Programa de Fomento aos APLs: “Em todo o Estado, existem 24 Arranjos Produtivos Locais (APLs), que somam 14.500 empresas e 350 mil postos de trabalho. O programa prevê a aplicação de R\$ 4,4 milhões da Secretaria de Desenvolvimento e outros R\$ 6 milhões de recursos adicionais, nas próprias localidades.” Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/noticias/?ID=1192>>

^x Decreto Nº 54.654, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 – Disponível em <<http://www.imprensaoficial.com.br>>.

^{xi} Outro fator apontado nesse período foi o decreto protecionista promulgado por Portugal em 1789, que proibiu o plantio de uvas, inibindo completamente a produção e comercialização de vinho no Brasil. (Fonte: <http://www.ibravin.org.br/brasilvitivinicola.php>).

^{xii} O mapeamento dos dados deu-se através de um banco de dados no Sistema de Informações Geográficas (software Arcgis 9.2), sob os polígonos municipais da base georreferenciada digital, disponibilizada pelo IBGE.

^{xiii} A base de dados utilizada é a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>>

^{xiv} Oliveira, F. de; Faria, V.; Giannotti, J. A. (1992); Pires, E. L. (1997).